

Introdução

Paulina Chiziane escreveu, em 1992, o intitulado *Eu mulher por uma nova visão de mundo*. Trata-se de um texto curto, um ensaio ou um testemunho conforme a descrição de contracapa da editora brasileira Nandyala. E foi publicado pela primeira vez em 1994 pela UNESCO nos preparativos da Conferência Internacional sobre a Mulher, Paz e Desenvolvimento, realizada em Pequim em 1995.

Neste texto, a escritora apresenta uma reflexão sobre o que é ser mulher-escritora-negra em Moçambique. E revela de maneira sensível a sua visão com relação ao seu papel social naquela sociedade.

A proposta deste trabalho é analisar as afirmações presentes no ensaio, a fim de compor o pensamento de Paulina Chiziane e identificar traços de posicionamentos reconhecíveis na sua composição ficcional. Em função do caráter breve desta proposta, direcionamos o enfoque para trechos do livro *Niketche, uma história de poligamia*.

No contexto literário moçambicano, a obra de Paulina Chiziane é representativa porque revela o seu olhar sobre Moçambique. Suas narrativas envolvem o contexto material e subjetivo das mulheres, com temas significativos como ritos de iniciação, virgindade, amor, sexo, casamento, lobolo, poligamia, trabalho, sonhos e expectativas da adolescência e os dramas da vida adulta. A leitura das suas obras possibilita descortinar tanto a vida íntima quanto a vida pública das personagens e as dificuldades que a conjuntura social lhes reserva.

Pode a moçambicana escrever?

As vozes femininas nas narrativas literárias configuram um fecundo espaço no que diz respeito ao protagonismo das mulheres diante dos discursos hegemônicos dos espaços sociais que lhes reservam papéis de subalternidades. A escrita de autoria feminina mostra-se, portanto, como alternativa de expressão de vozes que não se sujeitam às imposições socioculturais. E no caso de autoras marcadas pela interseccionalidade de gênero, raça, classe e colonialidade, a produção artística e cultural contrapõem-se às retóricas que inferiorizam a cultura e costumes destas mulheres. Estas produções são também instrumentos de ligação e

¹ Doutora em Literatura de Língua Portuguesa pela Universidade de Coimbra (CAPES – Proc. BEX 1772/15) e mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de São Carlos. Docente do curso de Letras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Avaré e integrante do Grupo de Pesquisa Constelações Literárias de Autoria Negro-africana, Afro-latina e Afro-brasileira do IFSP.

difusão de lógicas e cosmovisões que rompem com o que Karina Bidaseca (2019) define como “retórica salvacionista”.

A retórica salvacionista está no cerne da colonialidade do saber e do poder e está presente em todas as esferas socioculturais, isto é, no discurso religioso, político, jurídico e nas relações de gênero quando ocorre a imposição sobre as escolhas pessoais das mulheres sob o argumento de uma suposta proteção.

Bidaseca (2011) apresenta a ideia do colonialismo discursivo baseada no conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano (2000). Ela afirma que o silenciamento é uma das formas de ação do colonialismo, pois quando imposto às mulheres subalternizadas restringe as possibilidades de denúncia das injustiças.

Em *Eu mulher por uma nova visão de mundo*, a autora inicia com uma evocação ao cenário de Gênesis a partir da criação da mulher advinda da costela de Adão e a relação de subserviência erigida pela narrativa bíblica. Na percepção da referida autora, “os problemas da mulher surgem desde o princípio da vida, com as diversas mitologias sobre a criação do mundo” (CHIZIANE, 1994, p.1). Ela compara a narrativa bíblica cristã com a mitologia *bantu*, que embora não propague a ideia de pecado inerente à mulher, reafirma a posição hierárquica superior do homem.

Paulina Chiziane desconstrói este discurso ao afirmar que “as diversas mitologias não são mais do que ideologias ditadas pelo poder, sob a máscara da criação divina” (CHIZIANE, 1994, p.1). Em seguida, evoca a recorrente imagem da mulher enquanto “centro da vida, de onde emana a força mágica da criação” (ou da concepção) e relembra que nas religiões *bantu* os elementos que produzem a subsistência, riqueza ou conforto são deificados e sacralizados, apenas a mulher, mesmo sendo associada a tais elementos simbólicos positivos, é amaldiçoada socialmente e responsabilizada pelos eventos ruins que ocorrem na comunidade.

Como exemplo narra uma tradição do povo *tsonga*: quando uma das comunidades é atingida por uma grande seca, o grupo celebra o *mbelele*, ritual praticado pelas mulheres. No entanto, pelo fato de ser considerado uma maldição, elas são castigadas por serem culpabilizadas pela desfavorável condição climática. Paradoxalmente, a posterior purificação da terra advém dos rituais realizados pelas próprias mulheres.

Tendo como base exemplos como este, a autora ressalta que as mulheres são oprimidas pelo meio social e pelas ideias fatalistas que regem as áreas mais conservadoras da sociedade. Chiziane lança, então, a pergunta se a sorte das mulheres seria diferente se Deus fosse mulher?

Ela esvazia ironicamente o discurso que sustenta o poder masculino na personificação da figura de Deus e apresenta a possibilidade de se imaginar um contexto em que os papéis sociais pudessem ser distribuídos a partir de outra ótica, ou seja, a partir do poder do feminino. Com base nesse possível contexto, surgem algumas reflexões: “Como seria o mundo se Deus fosse mulher? A ordem da vida estaria invertida? As escalas de valores seriam diferentes? (CHIZIANE, 1994, p. 2).

Chiziane traz à tona os estereótipos frequentemente atribuídos às mulheres, como por exemplo a capacidade espiritual acima do material, a vaidade, o interesse pelo dinheiro ou o talento nato. E novamente desconstrói o essencialismo ao convidar o leitor para olhar o passado e para as diversas ocasiões em que mulheres atingiram as esferas de poder, assumindo papéis de rainhas, embaixadoras, ministras, imperatrizes etc. e que, no entanto, agiram semelhantemente aos homens. Afinal, afirma: “valerá à pena alimentar a ilusão de que o mundo seria diferente se Deus fosse mulher? Penso que não. A história mostra-nos que não basta ser mulher para ser justa. A questão é mais profunda” (CHIZIANE, 1994, p. 2).

Quando encerra afirmando que a questão é mais profunda, ela remete à estrutura de poder que hierarquiza as relações sociais e, portanto, não seria a ascensão individual que mobilizaria a alteração dessa estrutura.

Na senda da subversão do que Bidaseca (2011) nomeou de colonialismo discursivo, o questionamento do poder masculino na narrativa bíblica é recorrente na obra de Chiziane e ocorre, por exemplo, em *Niketche, uma história de poligamia*, quando a narradora afirma que as mulheres são órfãs, “têm pai mas não têm mãe Têm Deus mas não têm Deusa. Estão sozinhas no mundo no meio do fogo. Ah, se nós tivéssemos uma deusa celestial!” (CHIZIANE, 2004, p. 93).

Isso também ocorre na cena em que Rami indaga se Deus tem uma esposa, pois acredita que se isso ocorresse ela compreenderia o sofrimento das mulheres e intercederia por elas. A autora ironicamente questiona se as relações de poder entre homens e mulheres no céu são iguais ao que ocorre na sociedade. Em seguida, num jogo intertextual com a oração do Pai Nosso, faz uma prece expondo as conjunturas sociais que trazem sofrimentos às mulheres tal qual a violência doméstica e outras formas de abusos como escravização, estupro, tráfico humano etc.

Pior de tudo é que Deus parece não ter mulher nenhuma. Se ele fosse casado, a deusa - sua esposa - intercederia por nós. Através dela pediríamos a bênção de uma vida de harmonia. Mas a deusa deve existir, penso. Deve ser tão invisível como todas nós. O seu espaço é, de certeza, a cozinha celestial. Se ela existisse teríamos a quem dirigir as nossas preces Mãe nossa que estais no céu, santificado seja o vosso nome. Venha a nós o vosso reino - das mulheres, claro -, venha a nós a tua

benevolência, não queremos mais a violência. Sejam ouvidos os nossos apelos, assim na terra como no céu. A paz nossa de cada dia nos dai hoje e perdoai as nossas ofensas - fofocas, má-língua, bisbilhotices, vaidade, inveja - assim como nós perdoamos a tirania, traição, imoralidades, bebedeiras, insultos, dos nossos maridos, amantes, namorados, companheiros e outras relações que nem sei nomear. Não nos deixeis cair na tentação de imitar as loucuras deles - beber, maltratar, roubar, expulsar, casar e divorciar, violar, escravizar, comprar, usar, abusar e nem nos deixes morrer nas mãos desses tiranos - mas livrai-nos do mal, Ámen. Uma mãe celestial nos dava muito jeito, sem dúvida alguma. (CHIZIANE, 2004, p. 68-69)

Chiziane insere no ensaio dados de relatos biográficos de sua realidade enquanto mulher negra, africana e escritora quando narra as dificuldades enfrentadas no seu dia a dia para exercer a escrita. Relata que na sua etnia (a *tsonga*) quando uma menina nasce, a família imediatamente associa o evento aos lucros que virão a ganhar com o *lobolo* e à força de trabalho para carregar a água, bem como ao exercício das atividades domésticas. E afirma que a menina mal vê a primeira menstruação e já é entregue ao marido, por vezes, velho e polígamo: “à mulher não são permitidos sonhos e desejos. A única carreira que lhe é destinada é casar e ter filhos” (CHIZIANE, 1994, p. 2).

É neste ambiente que a autora relata ter nascido, e onde argumenta sobre as condições que a levaram a se tornar escritora. Ela relembra, por exemplo, o papel das mulheres contadoras de histórias de sua etnia, principalmente a figura de sua avó materna. Ou ainda o canto triste das mulheres enquanto lavavam a roupa no rio. “Essas cantigas, umas vezes eram suspiros e outras murmúrios de angústias” (CHIZIANE, 1994, p.3) que os homens ouviam com total indiferença. E ressalta que nunca ouvira da boca de um rapaz ou homem estas cantigas de mulher.

A tradição de contadora de histórias é herdada no ambiente campesino mas é na escola que afirma ter encontrado o que descreve como: “a harmonia na matéria sobre o lugar da mulher na vida e no mundo” (CHIZIANE, 1994, p. 3). Ela destaca o poder da educação como condição para a emancipação. Assim como Paulo Freire (1974) quando afirma que “o processo de libertação de um povo não se dá, em termos profundos e autênticos, se esse povo não reconquista a sua palavra, o direito de dizê-la, de “pronunciar” e de “nomear” o mundo” (FREIRE, 1974 s/n.).

A pensadora indiana Gayatri Spivak no livro *Can the subaltern speak?* (Pode o subalterno falar?) refere-se ao tema da autonomia dos sujeitos e lança o questionamento sobre a real possibilidade de os subalternos falarem.

Para Spivak (2010), o subalterno tem a subjetividade bloqueada pelo ambiente externo, não fala não porque não possa falar, senão porque carece de espaço de enunciação. É a

enunciação mesma a que transforma ao subalterno. Poder falar é sair da posição de subalternidade.

Para Paulina Chiziane, a escrita aparece como alternativa para superar o silenciamento e para propagar as reflexões contra-hegemônicas.

O acesso à escrita permitiu à autora acessar as possibilidades de reações contra-hegemônicas, no entanto, os modelos repressivos da educação feminina confirmaram os valores de obediência e submissão das mulheres, pois a escola, conforme relata: “preparava as raparigas para serem boas donas de casa, de acordo com o princípio cristão” (CHIZIANE, 1994, p.3). A repressão segue na adolescência quando sonha ser pintora e a família desaprova sob o argumento de que [isso] não era bom para uma mulher. A pintura era arte e arte era marginal” (CHIZIANE, 1994, p. 3). Foi assim que Chiziane deixou este primeiro sonho e enveredou pelo caminho da leitura e da escrita.

É interessante observar o fato de a escrita não ser reprimida, pois à mulher, neste momento, era permitido escrever, no entanto, problemático seria se ela decidisse publicar o que escrevia. Sobre o ato da escrita, a autora confirma a ligação com as suas ancestrais ao revelar que sentia vontade de desabafar lavando nas águas do rio, como fazia [sua] mãe, só que as cantigas de pilar eram insuficientes para libertá-la da opressão e para projetar o mundo que sonhava construir (CHIZIANE, 1994, p. 4).

O sonho de ser escritora acaba por ser relegado a plano secundário devido ao casamento e aos afazeres domésticos. Entretanto, a vida conjugal, ao revelar as primeiras amarguras, a impulsionou para preencher [com a escrita] o sentimento de vazio e incompreensão que se erguia à sua volta. É deste modo que a autora opta por fazer da mulher o seu principal tema. Neste contexto ela relata que escreve o seu primeiro romance *Balada de amor ao vento*. Seu projeto literário é apresentar a mulher sob outro prisma com “as aspirações no campo afetivo para que o mundo as veja, as conheça e reflita sobre elas” (CHIZIANE, 1994, p. 4).

O engajamento social fica explícito quando a autora afirma sua intenção de “quebrar o silêncio, para comunicar-se, para apelar à solidariedade e o encorajamento das outras mulheres ou homens que acreditam que se [possa] construir um mundo melhor” (CHIZIANE, 1994, p. 3) ou ainda quando afirma que “se as próprias mulheres não gritam quando algo lhes dá amargura [...], ninguém o fará da forma como elas desejam” (CHIZIANE, 1994, p. 4).

Assente numa perspectiva da teoria pós-colonial, é possível identificar aspectos biográficos no testemunho da autora que se repetem na composição de sua obra ficcional.

Niketché é descrita por Chiziane (2002, p. 160) como uma dança do amor macua executada publicamente pelas moças recém-iniciadas a fim de afirmarem o seu

amadurecimento enquanto mulheres e para a confirmação de que estão preparadas para os desafios da vida. Trata-se de uma dança sensual que retrata a consciência da mulher sobre o seu corpo.

O romance descreve o percurso de Rami e das mulheres envolvidas em seu casamento, extraoficialmente, poligâmico com Tony. O momento em que essas mulheres executam o niketche representa a emancipação das mesmas diante de forças exercidas pelo patriarcalismo, o capitalismo e o colonialismo. Essas forças imobilizam essas mulheres em estruturas que as deixam vulneráveis a permanecerem em casamentos infelizes, lares vazios, trabalhos precários e na falta de autonomia sobre os seus corpos.

Paulina Chiziane, como uma atitude de resistência, foge às categorizações ocidentais sobre ela e sua obra. Assim sendo, nega ser romancista e se intitula contadora de histórias como suas ancestrais e nega também a vertente feminista de seu romance, quando baseado em critérios do feminismo ocidental. Conquanto, o tema de sua obra é a emancipação feminina que perpassa por níveis de estrutura social e psicológica, promovendo um descortino desses corpos femininos racializados e subalternizados que atravessam, na narrativa, um percurso rumo a consciencialização sobre si mesmas.

Seus posicionamentos questionam a estrutura de dominação e poder vigentes, principalmente no que diz respeito à população feminina moçambicana e as contradições e violências do sistema social excludente, quer seja tradicional ou moderno.

Com relação à recepção do seu primeiro texto, a autora descreve que fora recebido com ceticismo e desprezo por parte dos homens, sendo estes o massivo corpo autoral moçambicano. Consideravam-na “uma mulher frustrada, desesperada e destituída de razão” (CHIZIANE, 1994, p. 4). E quando Chiziane solicitava alguma ajuda, referente a promoção do livro, relata ter sido recebida com propostas machistas e insinuações sexistas.

Conforme observa Bonnici (2012), nos países pós-coloniais, a posição de luta contra o poder hegemônico do colonialismo “mostraram resultados sociais idênticos sobre a situação social e política da mulher [...]. [A]s estratégias descolonizadoras deixa[ram] intacta a situação cultural feminina” (BONNICI, 2012, p. 179), visto que o sistema de libertação nacional não previu o enfrentamento do sexismo e da dominação masculina. É em consonância com este fato, que Chiziane afirma que, no contexto em que decide escrever, “ser mulher e ser artista torna-se verdadeiro escândalo” (CHIZIANE, 1994, p. 4). Para Bonnici, a “estratégia de libertação feminina nos países pós-coloniais parece ser a descolonização da cultura” (2012, p.180). Esse processo se dá de diversas maneiras, dentre elas é possível

destacar a recuperação de uma dicção oral tradicional e a negação dos valores do patriarcalismo.

Ao se posicionar enquanto escritora num ambiente literário majoritariamente masculino, a autora questiona e problematiza paradigmas como o essencialismo, homogeneização e universalismo. Schimidit (1999) observa que são estes mesmos paradigmas que sustentam “a institucionalização da literatura que subjaz às noções vigentes de tradição e cânone literário [...] [e] os critérios de valoração herdados e legitimados na cultura patriarcal” (1999, p. 36).

A guisa de conclusão, podemos afirmar que numa ótica que privilegia a alteridade (diferença), Paulina Chiziane propõe em suas obras a desestabilização de padrões sexistas estabelecidos na sociedade coeva. Proeminente voz da literatura moçambicana, ela contribui, relevantemente, para a promoção da visibilidade da mulher, privilegiando os espaços de seu país.

Referências bibliográficas:

BIDASECA, K. *Poéticas del Mar/ voces feministas desde el Sur para descolonizar las artes y cosmopolíticas*. **Revista Ñawi, Arte, diseño y comunicación**. Ecuador, 2019. Disponível em: <http://scielo.senescyt.gob.ec/pdf/nawi/v3n2/2588-0934-nawi-3-02-00069.pdf>.

Consultado em: 12 de set. de 2023.

_____. Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café: desigualdad, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial Andamios. **Revista de Investigación Social**, vol. 8, núm. 17, septiembre-diciembre, pp. 61-89 Universidad Autónoma de la Ciudad de México Distrito Federal, México, 2011.

BONNICI, T. **O pós-colonialismo e a literatura**. Estratégias de leitura. Maringá: Eduem, 2012.

CARVALHO, B. S. de. Subalternidades e possibilidades de agência: uma crítica pós-Colonialista. **Revista Estudos Políticos**. Número 3 -2011/02.

CHIZIANE, P. **Eu mulher: por uma nova visão de mundo**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

_____. **Niketche: uma história de poligamia**. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, s.n.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.), **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas

latinoamericanas. Buenos Aires-Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2000.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SCHMIDT, R. T. A transgressão da margem e o destino de Celeste. In: **Seminário Nacional Mulher e Literatura**. 7, Niterói. Anais. Niterói: EdUFF, 1999.